**Assembleia de Freguesia de Santa Clara**

# MOÇÃO

***pela não alienação do património do Estado e pelo seu uso para***

***a criação de casas de renda acessível***

O Governo pretende vender 19 imóveis do Estado, situados em Lisboa, em 2025. A totalidade destes imóveis ocupa uma área de 96 mil metros quadrados, ou seja, imóveis com a capacidade de se serem reabilitados e criarem 1000 casas de habitação pública a preços acessíveis em Lisboa.

Esta estratégia de alienação do património público é errada, porque retira ao Estado ferramentas para enfrentar a crise na habitação e porque alimenta a especulação imobiliária, contribuindo, isso sim, para a subida do preço das habitações.



O Orçamento de Estado para 2025 prevê a descida de vários impostos, nomeadamente às grandes empresas e às pessoas com maiores rendimentos, pelo que a alienação de património público para financiar essa descida de impostos é alimentar a desigualdade social.

Pelo contrário, esses imóveis devem ser postos ao serviço das pessoas, criando habitação a preços acessíveis para as pessoas com rendimentos baixos e médios.

**Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, reunida em 13 de dezembro de 2024, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera posicionar-se de forma favorável a:**

1. **A não alienar património público com capacidade de se tornar habitação a preços acessíveis;**
2. **Reabilitar o património público para criar casas com rendas acessíveis para as pessoas com rendimentos baixos e médios.**

Lisboa, 13 de dezembro de 2024

Pelo representante do Bloco de Esquerda

Ricardo Duarte